

Economia, comunicação, desenvolvimento: de quem?¹

Cesare Giuseppe Galvan
Centro Josué de Castro

Resumo: A moeda continua a ser julgada por sua “inversão” de finalidade: é um meio que se tornou fim. É sob esta reflexão que este artigo pretende explanar o peso da moeda (meios econômicos) sobre o desenvolvimento da comunicação num momento em que a moeda e as TICs são considerados meios de comunicação elevados à máxima potência. Além disso, a disparidade entre os homens “ganhou” um reforço inesperado: a desigualdade agora se reafirma no âmago e pela força de um sistema que se define a si mesmo pela igualdade, embora não entre os homens, e sim entre as mercadorias.

Palavras-chaves: Economia; Comunicação; Desenvolvimento; Moeda; TICs.

Abstract: The currency is still judged for its finality's inversion: it's a mean that became the goal. It's under this reflection that this paper intends to discuss the weight of the currency (economic means) on the communication development in a moment that currency and ICTs are considered means of communication enhanced until the maximum power. Besides, the disparity amongst the men got an unexpected reinforcement: the inequality reassures now in the core and through the power of a system that defines itself for the equality, even though not amongst men, but amongst merchandise.

Key words: Economy; Communication; Development; Currency; ITCs.

Resumen: La moneda ES aún juzgada por su inversión de finalidad: es un médio que convirtiósse en una finalidad. Es a partir de esta reflexión que este *paper* intenta discutir el peso de la moneda (medios económicos) en el desarrollo de la comunicación en un momento en que la moneda y las TICs son consideradas medios de comunicación aumentada hasta la última potencia. Además, la disparidad entre lós hombres ‘ganó’ refuerzos inesperados: la desigualdad ahora reafirmase en su esencia y a través de la fuerza de un sistema que conceptuase como igual, aunque no sea entre lós hombres, sino entre las mercancías.

Palabras claves: Economía; Comunicación; Desarrollo; Moneda; TICs

Introdução

Os meios que servem aos homens para se comunicar são hoje os protagonistas de uma revolução mais radical, mais profunda, mais compreensiva que outras anteriores. Essa radicalidade pode ser pouco mais que simples aparência. Afinal, os

¹ Retomo neste texto assuntos recentemente tratados em outras oportunidades. Viso principalmente contribuir a uma crítica do conceito de comunicação e à responsabilidade da economia monetária em seu desenvolvimento.

que “se aperfeiçoam” são sempre os mesmos dois achados: a fala, que herdamos do homem primitivo, e a escrita, que introduziu as civilizações. É verdade que também um terceiro invento une os homens; mas a esse pouca atenção é dispensada, quando se trata de meios de comunicação. É a moeda.

Será oportuno, portanto, refletir sobre natureza e implicações das revoluções nos meios de comunicação, salientando a pergunta sobre o significado de determinadas inovações na economia para essas transformações. Trata-se de refletir sobre o peso dos meios econômicos – a moeda – sobre o desenvolvimento da comunicação: é um outro lado da economia, ou, se preferirem, da meta-economia.

Supomos que os meios de comunicação transmitem o conhecimento de uma pessoa para outra. O que é essa transmissão, é o clássico problema debatido exemplarmente por santo Agostinho em seu *De Magistro*. Preocupados com o futuro que queremos e tentando defini-lo, olharemos para o passado buscando aprender algo de um outro “futuro”, um futuro que já foi construído numa revolução anterior do conhecimento humano. *Historia magistra vitae*. Como, porém, os determinantes de cada época são extremamente complexos, a exposição limita-se aqui a indicar uns poucos traços marcantes, escolhidos a dedo, não ao acaso.

I. Os Gregos

A civilização grega antiga foi aquele período histórico que alterou mais profundamente o modo de definir o conhecimento e a comunicação humana. Jaspers identificou a época central dessa revolução, ocupando aproximadamente do século VIII ao II a.C., como a “Idade Axial da História” ou, conforme outra tradução, “Tempo-Eixo”². Pela profundidade de seu sentido, propõe-se aqui designá-la como “*idade axial da autoconsciência social humana*”³. Na mesma época, transformação análoga ocorreu na China, na Índia e em Israel. Contudo, as observações que seguem concentram-se na Grécia e em sua herança. O que então se revolucionou não foi só a comunicação, mas seu próprio substrato, o pensamento, a consciência que o homem tinha de si mesmo. Esse é um aspecto importante para nossa análise.

² Em alemão “Achsenzeit”. Essa outra versão é adotada, por exemplo, em Vaz (*Antropologia filosófica*, passim).

³ O termo “autoconsciência” toma-se neste texto como sinônimo de “consciência de si”, bem distinta do solipsismo de pessoa isolada da sociedade. Cf., por exemplo, Abbagnano, 1989, no verbete “Autoconsciência o consciencia de sí” (p.114).

A “Idade Axial” veio a constituir uma espécie de plenitude das realizações do espírito humano, uma plenitude nunca alcançada completamente, sempre no dinamismo de sua realização. Essa dinâmica seria transmitida nos tempos seguintes a todas as civilizações, progressivamente.

Vários pensadores estudaram a “idade axial”. Partimos aqui da formulação de Jaspers. Mas, para perceber o papel essencial de instituições econômicas nesse processo, acrescentamos observações inspiradas sobre tudo em Thomson e Sohn-Rethel, visando explicitar a ligação entre os fenômenos que a definem e a introdução e impacto social da moeda. Pois, na idade axial, ou “tempo-eixo”, dois operadores importantes no relacionamento humano participaram simultaneamente dessa mencionada revolução na comunicação do pensamento e foram instrumentos de enlace entre os homens em suas atividades na Grécia, a saber⁴:

1) a moeda, invenção grega, revolucionou as trocas materiais, mas não somente as trocas⁵: pois profundas mudanças operaram-se no pensamento grego e em seu relacionamento com a natureza a partir dessa introdução da moeda cunhada. Embora invenções análogas tenham ocorrido anteriormente em outras civilizações, pode-se considerar o caso da moeda grega nessa época como o principal por causa de seu caráter como definidor das relações sociais, bem como pelas consequências em outros povos⁶. Acrescente-se a isso o fato que o uso prático da moeda dotou de um novo potencial outro instrumento que então já era antigo, o juro: em grego foi denominado “tókos”, que significa parto, bebê, posteridade, fruto, mas era conhecido na Mesopotâmia desde tempos anteriores a Hammurabi;

2) a escrita, que os Gregos aprenderam dos Fenícios, adaptaram, desenvolveram, e difundiram. Manifestou-se primeiro na poesia, só mais tarde em prosa, conforme afirma Vico, quando sustenta “Que, tendo existido os poetas certamente antes dos historiadores vulgares, a primeira história deva ser a poética”. Ao fazer essa afirmação estava ele baseando-se inclusive nas observações de Estrabão a

⁴ É nas duas observações que seguem – e sobre tudo em sua articulação recíproca – que deixamos Jaspers um tanto de lado, para seguir mais de perto a Sohn-Rethel, Thomson e outros.

⁵ Tivemos oportunidade de mostrar isso ao comentar os escritos de Sohn-Rethel indicados em nossa bibliografia. Ver GALVAN (2001) bem como (e sobre tudo) SOHN-RETHEL, citados na Bibliografia abaixo.

⁶ Ver e este propósito, por exemplo, Davis, 2002, p.61-65.

Eratóstenes. Isso mostra a excepcional maestria dos Gregos na escrita desde seus primeiros tempos.⁷

Moeda e escrita unem os homens entre si: uma articula suas trocas materiais; a outra serve a comunicar conhecimentos. Entre elas houve uma interconexão: a mesma inteligência com base nas mesmas experiências históricas potencializou o talento e a inventividade dos Gregos nos dois campos, nas trocas materiais (moeda) e nas trocas de conhecimento (escrita). Moeda e escrita possuíam um traço comum, a abstração. Na moeda, o homem desenvolve concretamente um processo de abstração aplicado às relações de troca de objetos, transformados em mercadorias. Uma abstração análoga – naturalmente não igual – caracterizava a obra dos Fenícios: sua escrita era alfabética, com símbolos ainda mais abstratos que as escritas ideográficas. Foi completada pelos Gregos.

Esses dois meios de comunicação eram então recentes; aliás, a moeda foi inventada pelos próprios Gregos entre o século oitavo e sétimo. Caracterizavam-se por uma potencialidade própria, uma *dýnamis* típica: alcançar a posse de outros bens, no caso da moeda; revelar e comunicar os conhecimentos, nas letras. O próprio conceito de *dýnamis* é uma elaboração do grego, de sua língua, de sua literatura, de sua filosofia. Moeda e letras foram inclusive instrumentos para realizar a profunda conquista, que os próprios Romanos reconheceram, conforme canta seu poeta Horácio:

A Grécia conquistada conquistou o feroz vencedor e introduziu
as artes no Lácio agreste.⁸

O colonizado colonizou o colonizador, grande realização da comunicação.

Nos séculos que vieram o Império Romano, decaído e superado, legou uma herança profunda e determinante a todas as civilizações posteriores: a fase imperial,

⁷ Ver Estrabão, *Geographica*, Livro I, cap.2.6: “a expressão prosaica é tão somente uma imitação da poética. Pois primeiro apareceu a expressão poética, e obteve aplauso, mais tarde alguns imitadores dos mesmos soltaram as amarras da construção dos versos, mas mantiveram no mais o modo poético de escrever.” Uma versão alemã desse texto encontra-se em: <http://www.manfredhiebl.de/strabo.htm>. O texto de Vico pode-se ler em Vico, 1984, p.173, como parte do celebre Livro III de sua *Scienza nuova*: “Da descoberta do verdadeiro Homero”.

⁸ Essa tradução é um tanto dura, mas sublinha o paradoxo. Zeferino Rocha verte de forma mais elegante: “A Grécia vencida apoderou-se do vencedor selvagem e trouxe as artes para o agreste Lácio” (“O desejo na Grécia helenística”, *Rev. Latinoamericana de Psicopatología Fundamental*, III, 2. p.99). O original (Horatius, *Epistulae*, II, 1, versos 156s.) reza:

Graecia capta ferum victorem coepit et artes
Intulit agresti Latio.

romana, foi uma etapa dessa civilização e o instrumento no qual e pelo qual a cultura, a arte, a filosofia e as ciências gregas se conservaram e difundiram. Nas ruínas desse império, os tesouros gregos e romanos ficaram dispersos por séculos. Mas já durante a Idade Média foram recuperados, repensados, reconquistados, sobre tudo por mérito dos pesquisadores árabes.

Mas a respeito dos gregos, note-se que eles foram inovadores também na tecnologia (este, aliás, é termo grego). Uma tese bastante difundida sustenta o contrário: com exceção da medicina, eles não teriam sido grandes inovadores tecnológicos. Os dados mencionados discordam dessa tese. Vejam-se, por exemplo, os rumos que eles imprimiram à matemática, transformada no instrumento mais sofisticado para “medir o mundo”: geometria (geo-metria), aliás, é palavra grega.

Lograram esse progresso ao elevar e sistematizar o grau de abstração do próprio instrumento matemático, de que se serviram os engenheiros. Fizeram na matemática o mesmo que no comércio, quando eles usaram a moeda, método de troca sistemicamente mais abstrato que o escambo ou a pirataria, que tinham florescido entre eles anteriormente. Tecnologia então já era a própria invenção da moeda cunhada, concretamente embutindo em si a abstração do ato da troca. Em ambos os casos, comprovaram que quanto mais abstrato um instrumento, mais amplas suas implicações técnicas concretas.

A idade axial foi uma idade de plenitude, sempre visada, nunca completamente realizada. As duas grandes inovações gregas – moeda e letras – imbricaram-se profunda e reciprocamente entre si na sociedade; e realizaram um dos maiores feitos de difusão comunicativa que a história conheceu, antes de nossas contemporâneas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Negar que esse desenvolvimento seja também tecnológico seria fechar os olhos à realidade. Note-se, porém, nesse contexto, que ao se desenvolverem essas tecnologias, quem mais progredia era o homem. Embora incompletamente.

Mas todo progresso tem limites. Nas relações entre pessoas, os gregos deixaram dois problemas que deveriam ser resolvidos por seus herdeiros: (1) no uso da moeda, houve a questão do juro; (2) e na reflexão filosófica sobre relações humanas, não alcançaram a própria definição de pessoa.

Nas trocas mercantis, a moeda surgiu como meio e se impôs como tal: ela é o instrumento que articula as várias mercadorias entre si. Mas passou a se constituir a si mesma em finalidade, a partir de quando deu novo dinamismo ao juro, instrumento inventado milênios antes. Com esse duplo instrumento – moeda e juro, ou melhor: moeda aplicada ao juro – a arte dos banqueiros se tornou importante já na Atenas clássica. Mas com isso a arte de ganhar dinheiro sucessivamente, em seqüência indefinida, passou a se constituir finalidade da atividade humana. De meio, a moeda se tornou fim. E, afastando-se do alcance moderado e bem definido (limitado) do juro tradicional, sua potencialidade passou a abrir o horizonte da atividade humana para o infinito.

Inverteu-se assim a relação. Inversão que Aristóteles submeteu à crítica: para ele a moeda é, por natureza, unicamente meio para as trocas mercantis. Mas na época em que ele escrevia, a prática do juro se generalizava e sob o dinamismo do “dinheiro que dá mais dinheiro” esse instrumento passava a constituir-se finalidade da atividade humana: a partir de um ganho se visava outro superior, sem limite, pois na prática do juro a medida com que se mede a finalidade passa a se estender ao infinito. Aristóteles censurou o costume de uma cobrança com tal dinamismo. Base de seus argumentos eram os princípios da ética vigente: (1) a moderação, o meio termo, que exclui das finalidades humanas a busca do infinito; (2) a sujeição dos meios aos fins.

Em síntese, o gênio grego forneceu ao juro seu instrumento máximo, a moeda cunhada que ele inventou. Aristóteles, por sua parte, em sua filosofia formulou em vão uma condenação. O impasse surgiu e ficou.

Os Gregos encontraram uma segunda limitação quando, ao revolucionarem as relações humanas, criaram poderosos meios de reflexão e comunicação, ciência e filosofia desenvolvidas como nunca dantes: esse aprofundamento da reflexão foi uma característica definidora do “tempo eixo”: nele “el hombre se vuelve consciente del ser en su totalidad, de sí mismo y de sus limites. (...) Plantea cuestiones radicales, se afana, ante el abismo, por emanciparse y salvarse”⁹.

Nessas realizações incluem-se a dialética e a maiêutica de Sócrates, pelas quais as comunicações entre pessoas muito se enriqueceram e aprofundaram seu alcance

⁹ Jaspers. *Einführung in die Philosophie*, 1950, cap.IX; trad.esp.: *La filosofía*, México, 1953, F.C.E., p.83. Cit. in: Abbagnano, 1989, p.418, verbete “Época”.

valorizando dinamicamente (sempre a *dýnamis*!) os aportes dos vários interlocutores ao diálogo. Essa novidade avançou tanto que assustou. Foi julgada perigosa pelos próprios atenienses e levou até à condenação de seu autor, Sócrates¹⁰.

Apesar desses desenvolvimentos, os Gregos não conseguiram definir, explicitar e explicar o conceito de *pessoa*, com suas implicações, embora seja longo o caminho que eles percorreram nessa direção (sobre o assunto pode-se ler o livro de Snell). Ferrater Mora resume o debate a esse respeito como segue:¹¹

Tem-se discutido se os gregos tiveram ou não uma idéia de pessoa enquanto “personalidade humana”. A posição que se adota a respeito costuma ser negativa, mas embora seja certo que os gregos – especialmente os gregos “clássicos” – não elaboraram a noção de pessoa no mesmo sentido que os autores cristãos, pode-se presumir que alguns tiveram uma espécie de intuição do fato do homem como personalidade que transcende seu “ser parte do cosmo” ou “membro da cidade-Estado”. Tal poderia, por exemplo, ser o caso de Sócrates.

O processo grego para elaborar conceitos, antes da pessoa definiu a personagem, que era representada pelo ator no teatro. Essa descoberta percorreu o seguinte itinerário: dos heróis e dos deuses (cf. Homero!) chegaram à personagem, no teatro: e a personagem indicou a pessoa. Começa assim uma passagem “da personagem à pessoa”. Não corre no sentido contrário que talvez possa parecer mais natural, da pessoa à personagem. O itinerário intelectual começa, mas não se completa, pois a contribuição grega mais madura nesse campo ocorreu mesmo no teatro. Nesse sentido, de certa forma o teatro avançou mais que a filosofia nessa elaboração. Isso teve suas conseqüências inclusive no vocabulário.

Conforme bem lembra Boécio nos textos que mencionaremos mais adiante, o termo grego para “pessoa” é *prósopon*. Essa palavra provém do teatro, onde as personagens eram identificadas pelas máscaras. *Prósopon* era a própria máscara, que caracterizava a personagem, pois o mesmo ator ia passando de um papel para outro. Em fase mais adiantada, os autores, sobretudo cristãos, preferiram usar para indicar a pessoa a palavra “*hypóstasis*” (um paralelo do latim “*substantia*”) em vez do tradicional

¹⁰ Os diálogos de seu discípulo Platão contêm exemplos de dialética e maiêutica de padrão socrático. Mas talvez o exemplo mais esclarecedor seja o diálogo *De Magistro*, do platônico Agostinho mencionado acima.

¹¹ 2001, tomo III, p.2262, verbete ‘Pessoa’.

“*prósopon*”. Contudo, também o termo *hypóstasis* poderia ser interpretado – pelo menos etimologicamente – como “o que está sob” (“*hypó-stasis*”) a máscara: ora, no teatro, quem está sob a máscara não é o ator, mas a personagem representada, pois é ele que a máscara simboliza e identifica.

O latim, discípulo fiel do grego nesse campo, incorporou a distinção. Pessoa é *per-sona*, aquilo através de que a voz soa (*personat*), do verbo *personare* (soar através de): a voz do ator soa ou ressoa através da máscara. Há uma dificuldade em se admitir essa etimologia, pois o verbo “*personat*” tem a “o” breve, enquanto no substantivo “*persona*” a mesma letra “o” é longa. Já Boécio mencionava esse assunto. Mas o latim contava também com outro étimo: o etrusco “*phersu*”, que significa máscara.¹²

Quanto ao significado que teve esse desenvolvimento para o espírito grego, pode-se identificar seu itinerário como a passagem da magia dos deuses para o homem. O próprio conteúdo do livro de SNELL, mencionado na Bibliografia, sugere uma possível mudança em seu título. Em vez de *Descoberta do espírito* não poderia titular-se *Descoberta do homem*? Daí nossa proposta de denominar a “Idade Axial” ou “Tempo-Eixo” de Jaspers como “idade da autoconsciência social humana”. Essa foi só uma etapa, a maior até hoje, de um itinerário que ainda devia prosseguir. Sem nunca chegar ao fim.

Cabe aqui um reparo importante, carregado de implicações para os séculos a seguir. No “tempo-eixo”, quantos e quem eram aqueles que participavam desse aprofundamento da consciência humana, da autoconsciência social?

Essa questão oferece a oportunidade para lembrar que aquela não era uma sociedade de iguais. Isso constituiu inclusive uma razão da incompletude no desenvolvimento da autoconsciência social humana: para o mundo grego e romano, os homens eram, *evidentemente*, desiguais. Esse era para eles simplesmente um dado de fato; mas, como tal, ao passo que valia de um ponto de vista prático, acarretava também profundas implicações filosóficas. Baste mencionar nesse sentido as justificativas éticas da escravidão então geralmente aceitas. A implicação filosófica possuía uma base em muita prática. Paradoxalmente, era a presença dos escravos que “justificava” a escravidão.

¹² Também o *Oxford Dictionary* nota que o verbo *personare* como origem do latim “*persona*” e do inglês “*person*” é questionável. Reconhece, contudo, que essa etimologia é às vezes aduzida.

Nessa prática está também contida outra característica explícita dessa civilização: o limitado alcance da participação social nos avanços acima mencionados. Esses não pertenceram a “todos”, e sim a todo o “povo”, do qual eram excluídos, naturalmente (!), não só os escravos, mas também os bárbaros e outros estratos da sociedade que não se integravam completamente na *pólis*. Integrava-se o “*demos*” na Grécia; e o “*Senatus populusque romanus (SPQR)*” (senado e povo romano) em Roma. Bem poucos, apesar da solenidade de tais proclamações. Em Roma, era necessário ser reconhecido como “*civis romanus*”, nem que seja pagando para obter o título.

II. O “futuro” já chegou... E passou

O outro lado da economia monetária que os Gregos inventaram foi, portanto, a Idade Axial. Deixou em herança um homem que se reconhecia como tal, mas, às vezes, se submetia a uma finalidade meramente quantitativa (o “*tókos*” gerado pelo dinheiro, o juro dos negócios). Sua filosofia já tinha revolucionado o conhecimento, a consciência, sem chegar a explicitar com todas as letras o que ele entendia por “pessoa”. Essa revolução no próprio sentido do conhecimento forneceu a definição à Idade Axial da história e teve um complemento, um “futuro”. Vejamos, nesse “futuro”, os dois “limites” acenados: (a) na moeda e seu uso, (b) na compreensão do que constitui em si a pessoa.

Quanto à moeda, ela continuou a ser julgada por sua “inversão” de finalidade: é um meio que se tornou fim. A condenação aristotélica do juro vingou, na teoria, por muitos séculos ainda. Às razões filosóficas, acrescentaram-se motivos religiosos sobre tudo no islamismo, mas também no cristianismo. Essa condenação granjeou complicadas conseqüências práticas. Mas numa primeira fase, a própria moeda e seu uso sofreram um período de recesso durante os primeiros séculos da Idade Média, coincidindo com os primeiros séculos da igreja cristã como religião oficialmente reconhecida e, por outro lado, com aqueles que pouco depois viram nascer o Islam.

O recesso da moeda só foi superado lentamente séculos depois, quando uma nova civilização surgiu e foi crescendo na Europa, internalizando inclusive em sua cultura profundas contribuições árabes que reabriram a exploração da herança legada pelos antigos. Foi nessa época mais avançada da Idade Média que a moeda voltou a

tornar-se importante e até mesmo preparou o ambiente em que desabrocharia a Idade Moderna.

Nessa época encontramos – na teoria – um desenvolvimento interessante: o primeiro tratado sobre a Moeda, escrito a meados do século catorze pelo bispo Nicolau de Oresme, que foi inclusive preceptor do rei Carlos V da França. Naturalmente voltou então a florescer a profunda articulação entre a moeda, enlace das mercadorias, e a produção cultural em muitos campos do saber e do poder, civis e eclesiásticos. Por exemplo, o Arcipreste de Hita (pseudônimo de Juan Ruiz, pouco anterior a Oresme) canta em seu *Libro de buen amor*¹³:

Sea un ome nesçio e rudo labrador,
los dyneros le fazen fidalgo e sabydor,
quanto más algo tiene, tanto es de más valor;
el que non ha dineros, non es de sy señor.

E mais adiante:

En suma te lo digo, tómallo tú mejor:
el dinero, del mundo es grand rrebolvedor,
señor faze del syervo e del siervo señor,
toda cosa del siglo se faze por su amor.

A moeda, seu uso e seus problemas voltaram a fervilhar.

A condenação aristotélica do “tókos” foi tida então quase como se fosse inspirada na Bíblia e continuou a ser oficialmente “imposta”: isso constituiu uma herança que a Idade Média legou até mesmo à Idade Moderna. As aspas para essa imposição proibindo o juro são necessárias, pois se imposição houve, o que mais abundava eram as buscas de atalhos para dela se subtrair. E quem os elaborou? Aqueles mesmos teóricos (os teólogos escolásticos, discípulos em filosofia dos antigos gregos) que defendiam a proibição do juro. Ainda em 1656 Pascal escrevia uma brilhante caricatura dessas lucubrações em seus comentários ao assim chamado “contrato Mohatra”.¹⁴

Moral da história: a proibição do juro acabou sendo esquecida somente quando o capital, com sua prática, “demonstrou” que a teoria é outra. Obliterou-se o

¹³ Trechos selecionados desse poema se encontram em: <http://www.poesia-inter.net/ahlba002.htm>.

¹⁴ *Les Provinciales*. Paris, Flammarion, 1936, p.112ss. Há muitas edições dessa obra: o texto mencionado está na “Huitième Lettre”.

questionamento quando o uso se generalizou: mais um exemplo (se necessário fosse...) da relação entre a moeda, seu uso, e o pensamento. Inclusive jurídico e religioso.

Voltando à Idade Média, outro feito extremamente rico foi o avanço da filosofia. A reflexão partiu dos gregos e já nos séculos mais obscuros, pouco depois da queda do Império Romano de Ocidente, a teologia da então nova igreja a estimulou. A definição de pessoa foi assim alcançada já antes das contribuições dos árabes, que dominariam o ambiente europeu a partir do fim do primeiro milênio. O principal mestre nesse período, coincidentemente os séculos considerados mais “obscuros”, foi Boécio (séc. V-VI d.C.). A temática estava carregada de motivações teológicas. Mas a base da elaboração foi o legado da filosofia grega. E, por que não, também de seu teatro.

Chegados a este ponto, tem “uma pedra no meio do caminho” (obrigado, Drummond). Ao mencionar hoje o debate daquela época, antiga e muito sofisticada (sofisticações outras, diferentes das nossas), é difícil continuar a exposição evitando (como evitamos até aqui) os meandros mais lucubrados de uma filosofia que há vários séculos está afastada do modo corrente de pensar e de comunicar. Evitamos com isso sua sofisticada terminologia. Talvez haja, porém, um atalho se identificarmos a formulação de Boécio para definir o conceito de “pessoa” com outras palavras. A solução foi aceita e aprofundada na filosofia medieval. O atalho deverá naturalmente retomar o que ele escreveu e tentar traduzi-lo (embora o traindo, como qualquer tradução) em termos menos afastados de ouvidos modernos.

Em resumo, diríamos que na concepção medieval pessoa é *indivíduo sem individualismo*. Essa terminologia pode ser confrontada com certos textos mais recentes, até de teoria econômica, ou de história do pensamento econômico. O avanço de Boécio resultou numa definição válida para um ser individual, único, embora estivesse formulado na tradição grega, concentrada em definir universais. A passagem (ou o regresso) do universal para o individual tinha sido deixada em aberto por Aristóteles. Boécio a completa ao definir a pessoa como “substância individual de natureza racional” (essa é nossa tradução literal e insuficiente de “*naturae rationabilis individua substantia*”).

O avanço filosófico alcançado foi enorme. Aqui está reproduzida só a definição, sem comentário. Uma explicação e um aprofundamento brilhantes e abrangentes

podem-se ler na *Antropologia filosófica II*, de Henrique da Lima Vaz, sobre tudo em seu capítulo final.

Um autor que resume sinteticamente as contribuições medievais nesse assunto é Ferrater Mora quando diz a propósito:

Boécio ofereceu a definição de *persona* que foi tomada como base por quase todos os pensadores medievais: *Persona est naturae rationalis individua substantia* (“a pessoa é uma substância individual de natureza racional”). A pessoa [...] é uma substância que existe por direito próprio, *sui juris*, e é perfeitamente “incomunicável”.¹⁵

Seguindo Boécio, os filósofos e teólogos medievais aprofundaram o sentido de “pessoa”, tarefa que já tinha sido preparada por Agostinho. O que interessava mais a eles não se restringia ao sentido da palavra “pessoa”, conforme comentamos acima, mas visava sobre tudo o esclarecimento da realidade expressa nesse conceito.

Mas nesse questionamento, os pensadores da época avançaram ulteriormente. Embora “pessoa” se defina como substância, ela implica também relação, é relação nem há como conceber a pessoa sem atinar com ela relacionada – aspecto este que já tinha sido abordado por Agostinho e foi retomado por Boécio. Talvez se possa expressar isso dizendo que pessoa não é só “alguém” – é também “para alguém mais”. Se essa linguagem parece talvez pouco medieval, pode ser que, contudo, consiga traduzir a intuição agostiniana e medieval da *pessoa como relação* para mentes que abandonaram, há séculos, a terminologia escolástica. A qual, porém – contrariamente à história da Inquisição, sua discípula espúria – teria agilidade suficiente para dialogar inclusive com tais novas expressões.

Resumindo, diríamos que é próprio da pessoa relacionar-se com outras pessoas: isso faz parte dela como sua definição. Note-se como até um avanço tão abstrato aponta para a comunicação: a comunicação define a pessoa.

Quanto ao ambiente em que essa definição foi formulada, há um paradoxo curioso. É que ela ocorreu na época em que as relações monetárias, criadas e difundidas na Grécia antiga, estavam – digamos assim – de recesso. Naquele período a moeda bem pouco circulava. No meio de um mundo tão fechado em si (conforme uma

¹⁵ FERRATER MORA, tomo III, p.2263, no verbete “Pessoa”.

imagem comum nas descrições daquela época) houve esse avanço decisivo no conhecimento da pessoa como relação.

Era um tempo em que o impacto da circulação monetária sobre o pensamento não poderia desenvolver as mesmas articulações que encontramos entre os antigos, mesmo em se tratando de questões derivadas das contribuições desses últimos. Isso sugere que tais articulações entre prática concreta da vida e elaborações intelectuais estão sujeitas a implicações e imbricações bem maiores do que se possa esperar numa primeira abordagem. Isso não invalida a tese exposta: só mostra que é mais complexa. Moeda e pensar se relacionam. Mas pensar sempre mantém certa autonomia. Relações e interconexões não têm nada de retilinear.

Um aspecto complementar de extrema importância pode ser pesquisado. É o seguinte: até que ponto os teóricos medievais se aproximaram da idéia da igualdade entre os homens, ou seja, superaram a concepção antiga da desigualdade humana? O que se deve salientar para nosso contexto é a profunda consolidação, nessa época, de estruturas sociais concretas que perpetuaram as desigualdades sociais até mesmo quando as transformaram. E por críticos que fossem os autores da época (leiam-se, por exemplo, as invectivas de Dante) não lhes seria fácil dar uma resposta completamente satisfatória a questões sobre a igualdade humana. A razão no fundo é que a desigualdade dos homens concretos permanecia na prática e continuava a refletir-se na teoria.

III. Tecnologias da Informação e Comunicação. Presença ausente

“Damals die Fülle, heute die Leere”
 (“Naquele tempo a plenitude, hoje o vazio”)
 (JASPERS, p.179)

Note-se que o itinerário percorrido até aqui se manteve sempre afastado de qualquer linearidade.

Chegando agora ao cerne de nosso questionamento, ou seja, a examinar tempos mais modernos, baste inicialmente acenar às muitas teorias da personalidade e à psicanálise, que compõem quase um pano de fundo filosófico, ou quadro teórico, para o ambiente em que as modernas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se apresentam, se difundem e se empregam.

Mas deve-se notar que esses desenvolvimentos na teoria ocorrem numa sociedade em que uma penetração social da moeda sem precedente na história enseja na prática um individualismo mais radical daquele mencionado, um individualismo que modifica profundamente o relacionamento concreto dos homens entre si em sua vida diária concreta: todas as relações humanas – da produção à circulação e uso dos bens que servem de sustento – passam agora a se regular a partir da moeda como intermediário. Portanto estão sujeitas à abstração concreta que ela impõe. Toda riqueza é mercadoria, lembraria Marx no início de *O Capital*. Por equivalência e poder, a moeda é todas as mercadorias (*dynamei*, diriam os Gregos; virtualmente, diríamos nós).

Tempos novos. Nesse percurso, o itinerário da descoberta da pessoa humana conhece uma inflexão depois de ter alcançado aquela relativa maturidade nas contribuições da filosofia medieval. Chegando, portanto, aos nossos tempos modernos, encontramos que uma progressiva monetização da sociedade abriu as portas a um novo individualismo de natureza um tanto estranha, que esvazia o conteúdo das relações de pessoa a pessoa, reduzindo-as a relações entre coisas. Chega assim a esvaziar o próprio indivíduo.

Exatamente como faz a moeda: para ela o que importa são as relações entre coisas, pois os nexos que tendem a predominar são sobre tudo os preços que as avaliam e as fazem circular como mercadorias – enquanto os indivíduos (difícil será nesse contexto insistir em denominá-los de “pessoas” no sentido pleno da palavra) quase que desaparecem por trás do processo de articulação entre coisas materiais.¹⁶

Para ilustrar certas conseqüências intelectuais dessas mudanças de foco, Vaz cita uma arguta observação de Paulo Menezes¹⁷: “no momento em que a prática social e política [...] fazem da pessoa humana e dos seus direitos um valor-fonte [...] a pós-modernidade empreende essa multiforme ‘desconstrução’ da idéia do homem.” Nosso individualismo parece esquecer o indivíduo.

Moral da história. Em nossos dias, que em certa medida e sob certos aspectos constituem um “futuro” ulterior para o mundo construído pelos Gregos, as limitações dos avanços antigos continuam a operar mesmo depois de “superadas”. Percorremos

¹⁶ Ver, por exemplo, o tratamento que Pareto dá à teoria do consumidor. Cf. PARETO, Wilfredo. *Manuel d'économie politique*. Paris, 1909, p.170. Cit. in: SCHNEIDER, Erich. *Introdução à teoria econômica*. V.4, p.275.

¹⁷ Ver “A cultura e suas razões”, *Síntese*, 56 (1992), citado in: VAZ, op.cit., p.222.

acima, simplificando-o até excessivamente, o itinerário complexo que vem desde a Idade Axial até o alvorecer da Idade Moderna com a intenção de descobrir se algo da problemática exposta esclarece o que se passa nos tempos atuais. Tempos em que o capitalismo oferece meios de comunicação nunca dantes suspeitados. Constituiriam nossas últimas flores da tecnologia o motivo para classificar nossa época como “nova Idade Axial”, em comparação com a outra, a antiga?

No final dos anos 40, Jaspers indagava se as mudanças dos nossos tempos não nos autorizariam a identificar neles numa “Nova Idade Axial”. Resposta negativa. A questão era provocada pela absoluta novidade que define nossa época, a Revolução Científico-Tecnológica, que faz (ou faria?) do homem o “dono” da natureza. Quando ele escrevia, na comunicação corria a “era do rádio”, mas já se encaminhavam televisão e computador, sem que se suspeitassem ainda todas as suas implicações ulteriores. A novidade que chamou então a atenção de Jaspers foi sobre tudo a tecnologia atômica.

Depois que os fenômenos que ele analisou amadureceram ulteriormente, o que se impõe já não é mais retomar ou reformular a questão de Jaspers (será a nossa uma nova “idade axial”?), mas torna-se necessária uma mudança no próprio eixo do questionamento. Pois hoje uma outra inquietação se impõe: a hipótese de que é ou seria *necessário* gerar uma nova Idade Axial em resposta aos desafios postos nas transformações em curso. Uma “idade axial”, por sinal, de que nem se tem o esboço. O que está a impor essa exigência são sobre tudo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), quando exaltam o comunicador colocando entre parênteses o conteúdo e as pessoas que se comunicam. Ou comunicariam.

Sem embargo essa enorme revolução tecnológica de nossa idade ainda não se “realizou”, pois está se realizando. Mas aqui é que surge necessariamente nossa busca por um futuro: perante os atuais desafios das relações humanas, é preciso superar os novos mitos para criar um novo homem. De hipótese explicativa, não comprovada, a “Nova Idade Axial” torna-se uma necessidade a ser buscada, sem saber se nem como poderemos atingi-la.

A primeira “Idade Axial” – a única conhecida na história humana – construiu, há dois milênios e meio, um caminho que fez com que a visão do mundo ultrapassasse a magia dos deuses e chegasse ao mundo do próprio homem. Adotando os termos de Vico, diríamos que se passou da era dos heróis (com seus mitos!) à era dos homens.

Hoje, no entanto, esse Homem perdeu-se, ou está se perdendo no meio do caminho (de pedras...) de suas próprias realizações. É esse o homem que precisa se recuperar ou se reconstruir, a partir dos novos mitos, nos quais se incluem as TICs. O homem precisa reencontrar-se superando aqueles resíduos de coisas que vieram a se impor como sua finalidade, ou seja, a partir da ciência e da tecnologia – nelas salientando o atual mundo da comunicação, o sistema das TICs.

Mais algum detalhe dessa situação merece comentário.

Nos meios atuais de comunicação, em seus progressos, reaparecem com outra forma e sob outra roupagem os dois limites mencionados acima, quase restrições aos avanços alcançados na Idade Axial. Trata-se da moeda. E da pessoa. Questionam-se suas relações recíprocas.

Nos dois casos, conceitos e avanços gregos penetraram e amadureceram ulteriormente na civilização ocidental moderna, aquela que se espalhou no planeta, aliás, ainda se espalha, vai conquistando espaços e tenta sistemicamente tornar-se a única opção para a humanidade. Penetraram na prática e na teoria. Mas ao serem adotados e aprofundados, esses dois dinamismos foram profundamente modificados, juntamente com as realidades neles expressas.

Para nos restringir aos meios de comunicação, neles hoje tudo está presente “virtualmente”. Na virtualidade reaparece sob nova roupagem a *dýnamis* dos Gregos, a “potência” dos Latinos. O sentido da palavra resultou alterado, embora mantenha certo nó central, quase uma amarra definidora da ação humana. Para os Gregos, *dýnamis* significava possibilidade de passar ao ato. Pode-se traduzir – como faziam os Latinos – por potência ou potencialidade, sem pretender, contudo, expressar com exatidão o mesmo pensamento que nas línguas antigas. Exemplo eminente dessa *dýnamis* é a moeda, que é potencialmente tudo.

Mas, na palavra *dýnamis* podemos encontrar também o termo grego que corresponde à nossa “virtualidade”. Para nós, ao contrário, antes de tudo, tradicionalmente costumava-se considerar “virtual” o que não é real¹⁸. Nos meios de comunicação, porém, virtualidade já é presença atual, até imediata, embora... de longe. Estar longe, mas estar presente é característica histórica desses meios: telégrafo,

¹⁸ Cf. a enciclopédia GARZANTI, *Scientifica tecnica*, p.1859, verbete “virtuale”. O OXFORD porém discorda dessa interpretação do vocábulo.

telefone, cinema, rádio, televisão, internet, todos exploram a “virtualidade” nesse sentido.

O que talvez não se repare suficientemente é que essa “presença ausente” ou “ausência presente” possui um nexos lógico com a (e é quase um espelho da) progressiva monetarização da sociedade, aquela invasão tão bem teorizada por Polanyi. Também a moeda, por definição, é (= tende a ser) tudo aquilo que ela em si mesma não é. É tudo por equivalência, mas também por seu poder (eis aí a *dýnamis*!) aquisitivo. E foi o movimento da moeda que gerou nossa civilização, formou esta sociedade tão dinâmica que deu origem às TICs, a essa rede de conexões em sua própria estrutura material. Assim se compaginou a nova convivência humana: moeda e TICs. Ambos são meios de comunicação elevados hoje à máxima potência.

Mas aqui está o *busilis*: o que se comunica? Quem e com quem? Como? No fundo, ocorrem ligações, enlaces (*links*, na língua imperial) de coisas com coisas, melhor: de sinais com sinais. Neles, as coisas estão “virtualmente” a serviço do homem: esse é seu lado humano, sua utilidade, a razão porque os homens as procuram (procuramos). A pessoa deveria contar hoje com todos os avanços não só da filosofia (aquela que no passado aprofundou uma definição que depois abandonou), mas também da psicologia, da psicanálise, de muitos saberes. Mas primeiro conta com a comunicação: em suas redes, porém, as pessoas só estão presentes “virtualmente”, algo análogo àquilo que ocorria aos heróis feitos personagens no teatro grego.

Daí resulta que ainda é preciso percorrer um longo caminho antes de emergirem e serem reconhecidas as próprias pessoas, “virtualmente” protagonistas do processo. A moral dessa história lembra Saramago: “é preciso andar muito para alcançar o que está perto”¹⁹.

O protagonista dessa situação é um homem-máquina quase como aquele idealizado por Chaplin. Já foi máquina-produção na indústria, máquina-destruição na guerra, máquina solução em mil e uma aplicações tecnológicas. Hoje é também máquina-comunicação e tende a ser o novo mito. Por outro lado, nas ciências sociais – mais ainda na economia – o homem, eventualmente denominado de “ator”, fica às vezes reduzido a um ponto: sem dimensão, como o ponto da geometria que os Gregos nos ensinaram. O que estuda essa ciência social são as conexões entre esses pontos.

¹⁹ *Todos os nomes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.69.

Relações unidimensionais entre seres sem dimensão, pois a própria “coisa” à qual ele foi reduzido já perdeu suas próprias dimensões.

Nessa realidade não se deve estranhar se o próprio conceito de pessoa se esvaziou, conforme aparece até mesmo em expressões carinhosas, como quando se fala em “ser humano”, um último resíduo da concepção da dignidade humana ínsita nesse “*prósopon*”, conceito grego que era quase prelúdio à pessoa. Só que aqui a própria palavra “pessoa” por pouco não se esvai na nebulosa de um “ser” que perdeu sua essência humana²⁰ e serve para indicar um homem reduzido a um adjetivo.

Daí o postulado enunciado acima: torna-se necessário gerar uma nova “Idade Axial da Autoconsciência Social Humana” – superar os novos mitos, conquistar (ou produzir?) o novo homem. Disso, por enquanto, só temos a necessidade, pois as TICs oferecem unicamente “virtualidade”. No fundo, o conceito de “idade axial” ou “tempo-eixo” pode ser definido de forma análoga às definições que Vico dava das três fases do desenvolvimento das nações: “Os homens primeiramente sentem sem se aperceberem, a seguir apercebem-se com o espírito perturbado e comovido, e, finalmente, refletem com mente pura.”²¹ Noutros contextos, ele entende esse terceiro momento como a “idade do homem”, aquela em que o homem desenvolve sua própria razão. Hoje, estaríamos nos apercebendo “com o espírito perturbado e comovido” dos problemas (os mitos perturbadores) que ainda ficam pendentes depois da difusão das modernas TICs.

Como parte dessa tarefa necessária, cabe lembrar a mencionada diferença entre os homens como seres “desiguais” conforme constatamos no caso dos antigos (em particular na Grécia): hoje ela permanece, embora modificada e mascarada. É próprio dos tempos modernos “vender” (sic!) desigualdades como se fossem igualdades. Isso ocorre quando adotamos posturas, inclusive jurídicas, que declaram que os homens são todos iguais, pelo menos perante a lei, ou, como se diz, em linha de princípio. Essa igualdade é um modesto resultado, mais teórico que prático: foi uma conquista lenta através dos séculos que nos separam dos antigos.

No entanto (e aqui reaparece um traço bem moderno de nossa sociedade) vivemos ainda em um mundo onde a disparidade entre os homens “ganhou” um reforço

²⁰ Boécio chamaria à atenção ser mais correto, no caso, falar na “substância” que na essência. Mas estamos longe de poder levar o debate para dentro da terminologia medieval.

²¹ Vico, 1984, p. 46 (é o “Elemento” n.53. No original italiano os “elementos” são denominados “*degnitá*”).

inesperado: pois a desigualdade agora se reafirma no âmago e pela força de um sistema que se define a si mesmo pela igualdade, embora não entre os homens, e sim... entre as mercadorias.

Esse resultado foi alcançado a partir da ulterior generalização no uso daquilo que os Gregos tinham introduzido bem no começo da Idade Axial: a moeda, nivelador geral, está mais presente do que nunca nas relações humanas. Inclusive, acrescente-se hoje, nos negócios com os meios de comunicação, cuja manipulação, aparentemente tão livre e difusa, está cada vez mais concentrada.²²

Na história grega, à época do único “tempo-eixo” ocorrido até hoje, operou-se uma profunda transformação-passagem do mito ao homem. Hoje, precisamos alcançar uma nova “idade do homem”.

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de filosofía*. Trad. Alfredo N. Galletti. 2.ed. 7. reimpr. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

AGOSTINHO (Santo). *De magistro (Do mestre)*. Tr. Â. Ricci. In: SANTO AGOSTINHO. São Paulo, V. Civita, 1973, p.319-356. (Os Pensadores, VI). Orig. in: <http://www.augustinus.it/latino/maestro/index.htm>.

ARCIPRESTE DE HITA, pseudônimo de Juan Ruiz (1320). *Libro de buen amor*. Parcialmente reproduzido em <http://www.poesia-inter.net/ahlba002.htm>.

ARISTÓTELES. *Obras*. Trad., estudio preliminar, preámbulos Francisco de P. Samaranch. 2.ed. Madrid, Aguilar, 1977.

BOETIUS, Anicius Manlius Severinus. *Contra Eutychen and Nestorium*. In: BOETHIUS. *The theological tractates*. Latin and english. English translation H. F. Stewart. The Project Gutenberg Ebook, 13316, 2004. <http://www.gutenberg.org>

DAVIS, Glenn. *A history of money: From ancient times to the present day*. Co-operation with Julian Hodge Bank Limited. Third edition with revisions. Cardiff, University of Wales, 2002.

FERRATER MORA, José. *Dicionário de filosofia*. Trad. brasileira. São Paulo, Loyola, 2001. 4 tomos. Sobretudo o verbete “Pessoa”, v.3, p.2262-2266.

GALVAN, Cesare Giuseppe. *Moeda e ciência: Ensaios sobre a teoria de Sohn-Rethel*. Recife, Centro Josué de Castro; João Pessoa, Curso de Mestrado em Economia da UFPB, 2001.

²² Este é mais um aspecto das TICs que aqui deixamos de tratar, para debater temas mais conceituais. Mas veja-se a título de exemplo o livro de Mattelart.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. Trad. Marcos Marcionilo, da 10ª ed. corrigida (de 1997). São Paulo, Parábola, 2003. (1ª ed. 1955)

JAEGER, Werner. *Paideia: los odeales de la cultura griega*. 2ª. ed. en español. México, Fondo de Cultura Económica, 1962. Dessa obra (título original: *Paideia, die Formung des griechischen Menschen*) existem edições em português, inclusive recentes.

JASPERS, Karl. *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*. Neuausgabe. München/Zürich, Piper, 1983.

MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo, Parábola, 2005.

MÜLLER, Rudolf Wolfgang. *Geld und Geist. Zur Entstehungsgeschichte von Identitätsbewußtsein und Rationalität seit der Antike*. Frankfurt/M, Campus, 1977.

POLANYI, Karl (1944). *The great transformation. Politische und ökonomische Ursprünge von Gesellschaften und Wirtschaftssystemen*. Üb. Heinrich Jelinek. II. Ausg. Wien, Europa Verlag, 1971.

SNELL, Bruno (1975). *A descoberta do espírito: As origens do pensamento europeu na Grécia*. Trad. Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 2003. Orig.: *Die Entdeckung des Geistes*.

SOHN-RETHEL, Alfred. *Geistige und körperliche Arbeit. Zur Epistemologie der abendländischen Geschichte*. Revidierte und ergänzte Neuauflage. Weinheim, VHC, Acta Humaniora, 1989.

THOMSON, George. *The first philosophers*. London, Lawrence & Wishart, 1955. (Studies in Ancient Greek Society, Vol.II)

VAZ, Henrique C. de Lima. *Antropologia filosófica II*. São Paulo, Loyola, 1992 (Coleção Filosofia, 22)

VERNANT, Jean Pierre. *Mythe et pensée chez les Grecs. Études de psychologie historique*. Nouv. Éd. Paris, Maspéro, 1980-1981. 2v. (1.ed.: 1965)

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Trad. M. Appenzeller. Campinas, Papirus, 1989.

VICO, Giambattista (1744). *La scienza nuova*. 3ª ed. Intr. e note Paolo Rossi. Milano, Rizzoli, 1977. Tradução brasileira: *Princípios de (uma) ciência nova*. Trad. A. Lázaro de Almeida Prado. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

WEBER, Alfred. *Historia de la cultura* (1935). 1ª ed. en español, 12. reimpr. México, Fondo de Cultura Económica, 1985. Orig.: *Kulturgeschichte als Kultursoziologie*.